



MPC/DF

Fl.: 447

Proc.: 35298/13

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal  
Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

**PROCESSO: 35298/2013 (3 volumes, 8 anexos e apenso o de n.º 30940/2014-e)**

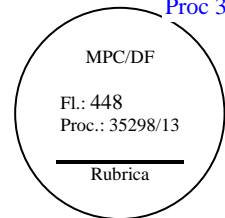
**RELATOR: Conselheiro Inácio Magalhães Filho**

**PARECER: 0503/2017 - MF**

**EMENTA:** Representação Conjunta n.º 02/13-MF, com pedido cautelar, solicitando sustação dos pagamentos relativos a verbas rescisórias devidas pelas permissionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC), previstos na Lei n.º 5209/13, em razão de incompatibilidade com o ordenamento jurídico vigente e de risco de dano ao erário. Decisão n.º 5606/13 – solicitação de contrarrazões. Decisão n.º 1011/14 - sobrestamento dos autos até deslinde das ADI n.ºs 2013.00.2.027406-4 e 2013.00.2.027529-2. Decisão n.º 4080/15 – arquivamento do feito e perda de objeto da Representação, em razão da inconstitucionalidade da Lei n.º 5209/13 declarada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Decisão n.º 660/16 – provimento do recurso interposto pelo *Parquet* e autorização para realizar inspeção para exame dos atos concretos praticados com base na Lei n.º 5209/13. Decisão n.º 5378/16 – audiência dos responsáveis. Esta fase: Análise de defesas. Órgão técnico sugere considerar improcedentes as defesas apresentadas, revêis os responsáveis silentes, instaurar TCE e a remessa de cópia do feito ao MPDFT, em razão dos indícios de prática criminosa. Parecer convergente.

Retornam os autos sobre a Representação Conjunta n.º 02/13-MF, com pedido cautelar, *inaudita altera pars*, solicitando sustação dos pagamentos relativos a verbas rescisórias devidas pelas permissionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo (STPC), previstos na Lei n.º 5209/13, em razão de incompatibilidade com o ordenamento jurídico vigente e de risco de dano ao erário, nos termos postos na inicial.

2. A cautelar solicitada na inicial não foi deferida, seguindo-se os pagamentos rescisórios agora considerados prejudiciais ao erário, após os procedimentos processuais descritos nos *decisuns* a seguir sintetizados:



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

- Decisão n.º 5606/13 – solicitação de contrarrazões;
- Decisão n.º 1011/14 - sobrestamento dos autos até deslinde das ADI n.ºs 2013.00.2.027406-4 e 2013.00.2.027529-2;
- Decisão n.º 4080/15 – arquivamento do feito e perda de objeto da Representação, em razão da inconstitucionalidade da Lei n.º 5209/13 declarada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT);
- Decisão n.º 660/16 – provimento do recurso interposto pelo *Parquet*, contra a Decisão n.º 4080/15, e autorização para realizar inspeção para exame dos atos concretos praticados com base na Lei n.º 5209/13;
- Decisão n.º 5378/2016 – audiência dos responsáveis.

3. Por tratar desta fase processual, transcrevo o último *decisum*:

Decisão n.º 5378/16:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

I - conhecer dos documentos juntados às fls. 172/256;

II - considerar parcialmente procedente a Representação Conjunta n.º 2/2013 - MF;

**III - determinar a audiência dos senhores mencionados na Matriz de Responsabilidade, fls. 288, do então Governador e do Secretário de Estado de Transportes, à época, para que apresentem suas justificativas, no prazo de 30 (trinta) dias, em razão da realização das despesas correspondentes às verbas rescisórias dos empregados das antigas permissionárias de transporte público Coletivo do Distrito Federal, em possível ofensa ao art. 26 da Lei Complementar n.º 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e arts. 19, caput e 151, incisos I e II da LODF, encaminhando-lhes cópia das Informações de n.ºs 54 e 94/2016, do relatório/voto do Relator e desta decisão;**

IV - autorizar o retorno dos autos à SEACOMP, para as providências de sua alçada.

4. Os responsáveis indicados na Matriz de Responsabilidade à fl. 288, Sr. Carlos Alberto Koch Ribeiro (ex-Diretor-Presidente da TCB) e Marco Antonio Tofetti Campanella (ex-Diretor-Presidente do DFTRANS), não apresentaram justificativas, o que os torna revéis. O Governador do DF à época dos fatos, Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho, apresentou suas razões de justificativas acostadas às fls. 381/404. O então Secretário de Estado de Transportes, Sr. José Walter Vazquez Filho, às fls. 405/410.

5. Nesta fase, portanto, o órgão técnico, mediante Informação n.º 75/2017 - 3ª Diacom (fls. 413 a 444), procede a análise das defesas apresentadas por força do item III do *decisum* antes transcrito. Após ponderar detalhadamente sobre cada argumento apresen-



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

tado, a unidade técnica reputou improcedentes as justificativas, nos termos sintetizados em suas conclusões (fls. 442/4):

**“3. Conclusões**

“95. Do exposto, verificou-se que o GDF assumiu o compromisso para o pagamento de dívidas pertencentes às antigas empresas permissionárias, mediante o TAC nº 86/2013, de forma ilegal.

“96. Constatou-se que tais pagamentos foram ilegalmente realizados (Anexos I a VIII), com base nos Decretos nº 34.163/2013 (fls. 128/129) e nº 35.002/2013 (fls. 130/131), os quais não apresentaram autorização específica para assunção de verbas rescisórias das antigas permissionárias, constituídas por empresas dos Grupos Amaral e Canhedo.

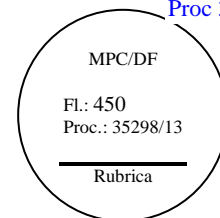
“97. O dispositivo legal que permitia tal pagamento estava contido na Lei nº 5.209/2013, que modificava o art. 12 da Lei nº 4.011/2007, no § 4º. Porém, esse dispositivo foi considerado inconstitucional pelo TJDF por meio do Acórdão nº 833223 (fl. 412). Ainda na decisão cautelar proferida em 17/12/2013, por meio do Acórdão nº 747598 (fl. 411), o TJDF entendeu que o dispositivo citado ofendia os artigos 19, 20, 341 e 151, incisos I e II, todos da LODF.

“98. Posteriormente a esta decisão cautelar do TJDF, ainda em dezembro de 2013, o GDF iniciou a realização do pagamento das verbas rescisórias das antigas permissionárias, justificando sua decisão nos decretos de intervenção, os quais não possuíam tal autorização. Vale mencionar que os empenhos emitidos citam literalmente os decretos de intervenção (Anexos I a VIII).

“99. Em suma, verifica-se que o ato praticado, qual seja, realização de pagamento de verbas rescisórias das antigas permissionárias do Sistema de Transporte do DF, resultou nas seguintes irregularidades:

- a) Descumprimento do art. 56 da Lei Distrital nº 4.011/2007;
- b) Descumprimento do art. 19 da Lei 4.320/1964;
- c) Descumprimento do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 (LRF);
- d) Descumprimento do art. 19, caput, art. 151, incisos I e II e art. 341 da LODF;
- e) Possível desobediência ao Acórdão nº 747598 (fl. 411), ante a prática dos atos inquinados após a prolação da decisão cautelar que suspendeu o dispositivo legal que autorizava tais atos;
- f) Possível tipificação dos crimes previstos no art. 359-A a 359-H do Código Penal;
- g) Os atos inquinados resultaram em prejuízo, parcialmente levantado até este momento processual, de R\$ 16.607.362,09 (fl. 110v), pagos pelo DFTRANS e apontado pelo CGDF, e de R\$ 6.913.867,39 (fl. 287) pagos pela TCB e apontados pela Informação nº 54/2016-3ªDiacomp (fls. 289/310).

“100. Com isso, constatou-se que os argumentos trazidos pelas defesas do Governador e Secretário de Estado de Transporte, à época dos fatos, não se mostraram



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

suficientes para afastar a ilegalidade dos atos praticados, nem o prejuízo parcial já identificado.

“101. Vale pontuar que no voto condutor (fl. 351) da Decisão nº 5378/2016 (fl. 353) restou afastada a possibilidade aplicação de multa, ante o entendimento de que a tomada de contas especial é o foro mais adequado para o exame das condutas, aplicação de penalidades e imputação de débitos. Considerando que os prejuízos em questão foram cometidos em governo anterior, não se vislumbra óbice à que a TCE seja instaurada pela Secretaria de Estado de Mobilidade, a qual poderá, caso julgue necessário, solicitar a avocação do procedimento pela Controladoria-Geral do DF, nos termos do art. 1º, § 2º do Decreto nº 37.096/2016.”

6. Em consequência, a unidade técnica sugere considerar improcedentes as defesas apresentadas, revêis os responsáveis silentes, instaurar TCE e a remessa de cópia do feito ao MPDFT, em razão dos indícios de prática criminosa, nos seguintes termos (fl. 444):

- “I - conhecer das razões de justificativas apresentadas pelo Governador do DF à época dos fatos (fls. 381/404), e pelo então Secretário de Estado de Transporte (405/410), para considerá-las improcedentes;
- “II - considerar, com esteio no art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 01/94, revêis os responsáveis indicados na Matriz de Responsabilidade (fl. 288);
- “III - determinar, com base no art. 9º, § 1º da Lei Complementar nº 01/94, à Secretaria de Estado de Mobilidade - SEMOB a abertura de tomada de contas especial, no prazo de 30 (trinta) dias, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, ante as evidências apontadas no § 99 desta informação;
- “IV - autorizar:
  - a) o envio de cópia do processo para o MPDFT, nos termos do art. 17, § 3º da Lei Complementar nº 01/1994;
  - b) o envio de cópia do processo à SEMOB para subsidiar o cumprimento do item III;
  - c) o retorno dos autos à SEACOMP para as providências cabíveis e posterior arquivamento, tão logo se confirme o cumprimento do item III.”

7. Os autos vieram ao Ministério Público para parecer, que concorda com as ponderações e conclusões da unidade técnica, pelos seus fundamentos.



MPC/DF

Fl.: 451

Proc.: 35298/13

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

8. Não obstante, um dos responsabilizados, o Sr. José Walter Vazquez Filho, é Diretor da ADASA (Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal), devendo, nos termos do artigo 1º, inciso I, do Decreto n.º 37096/2016, ser a Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Chefe do Poder Executivo Distrital e ser apurada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal. Ademais, além da TCE envolver diversos órgãos, a própria Controladoria-Geral já apurou parcialmente o prejuízo, consoante Relatório de Inspeção n.º 01/2015 – DIMAT/CONIE/SUBCI/CGDF (fls. 107 a 118).

Artigo 1º do Decreto n.º 37096/2016:

Art. 1º Compete à Controladoria-Geral do Distrito Federal, por meio da área responsável pelas ações de tomada de contas especial:

I - realizar a apuração de tomada de contas especial instaurada pelo Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal quando caracterizar, nos termos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, envolvimento de dirigente atual ou de autoridade de hierarquia equivalente, de órgão da Administração Direta, de Autarquia ou de Fundação Pública do Distrito Federal

II - avocar procedimentos de tomadas de contas especiais no âmbito da Administração Direta e Indireta, por meio de ato do Controlador-Geral do Distrito Federal, para apurar fatos decorrentes de ação ou omissão no dever de prestar contas ou da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, e

III - supervisionar:

a) a apuração das tomadas de contas especiais em curso nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Distrito Federal

b) o controle exercido pelos respectivos gestores quanto ao ressarcimento dos valores devidos ao Erário do Distrito Federal, apurados em processos de tomadas de contas especiais ou acordos administrativos deles decorrentes, e

c) a promoção das ações que objetivem ao ressarcimento de valores devidos.

§ 1º A avocação prevista no inciso II deste artigo pode ser exercida de ofício em razão da ocorrência de uma ou mais das seguintes circunstâncias:

I - caracterização de omissão da autoridade originariamente competente para instauração da tomada de contas especial

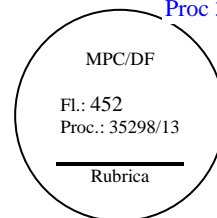
II - inexistência de condições objetivas para sua realização no órgão ou entidade de origem;

III - complexidade, repercussão e relevância da matéria

IV - valor do dano causado ao Erário, e

V - apuração que envolva atos e fatos relacionados a mais de um órgão ou entidade.

§ 2º Os Secretários de Estado e os dirigentes máximos das entidades podem solicitar à Controladoria-Geral do Distrito Federal que avoque procedimentos de tomada de contas especial, desde que presente alguma das circunstâncias elencadas no pa-



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**  
**Gabinete da Procuradora Márcia Farias**

rágrafo anterior, cabendo a esta decidir pela instauração da tomada de contas especial em seu âmbito.

9. Em face do exposto, em harmonia com a unidade técnica, na essência, opina o Ministério Público por que o e. Plenário adote as sugestões alvitadas às fls. 444, transcritas no parágrafo 6 deste parecer, alterando o item III, para que a abertura da TCE ali determinada seja feita pelo Chefe do Poder Executivo Distrital, a ser apurada pela Controladoria-Geral do Distrito Federal, nos termos do artigo 1º, inciso I, do Decreto n.º 37096/2016.

É o parecer.

Brasília, 22 de junho de 2017.

**Márcia Farias**  
**Procuradora**